



RELAÇÕES POLÍTICAS E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO (1930-1945)

ANGELO ANTONIO GRECO*

O presente artigo faz parte da pesquisa desenvolvida durante o Doutorado defendido na Universidade de São Paulo, em 2017. Foi investigado o Ensino Religioso nas escolas públicas da cidade de São Paulo e, eventualmente, algumas cidades da região metropolitana e do interior, que serviram como exemplo. Inicialmente procurou-se investigar a relação entre Estado, Educação e religião em São Paulo, porém, era inevitável deixar de tratar do Ensino Religioso. Então o foco foi para esse tema, que percebi, não possuía estudos específicos. São Paulo crescia muito em termos populacionais, em indústrias, em atividades econômicas. Em 1920, a cidade possuía 579.033 pessoas. Já em 1940 contava com 1.326.261 e, em 1950, 2.198.096. O número de escolas também cresceu. Muitas foram fundadas desde o século XIX. (IBGE).

A Igreja Católica, durante a Primeira República, estava à frente de muitas instituições de ensino confessionais, mas não tinha penetração no ensino público, por conta da separação entre os poderes político e clerical, a partir da Constituição de 1891. A partir dos anos 1920, houve negociações para reaproximação das duas partes, com o encontro entre o Presidente Artur Bernardes e o Cardeal Arcoverde. As pressões pelas mudanças sociais levaram ao movimento da Revolução de 30 liderado por Getúlio Vargas.

Nos anos 1920 e 1930, alguns movimentos de caráter leigo obtiveram muita força, tais como o Centro Dom Vital, fundado por Jackson de Figueiredo, que publicava a revista *A Ordem*. Após a morte de Jackson de Figueiredo, o Centro passou a ser presidido por Alceu Amoroso Lima. Em São Paulo, havia movimentos católicos formados pelo laicato, como a Legião de São Paulo, a Liga das Senhoras Católicas e a Liga do Professorado Católico. Esses

* Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP.



2

movimentos se reuniram posteriormente em torno da Ação Católica, fundada em 1935, no Brasil, por Dom Sebastião Leme.

A Liga do Professorado Católico, em 1929, lançou seu estatuto, o qual trazia como um dos fins principais o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso de seus membros, além de promover a união de classe, sem interesses partidários, proteger seus membros em público ou em particular, garantindo-lhes o respeito e a consideração a que tinham direito como formadores do caráter nacional, amparar professores pobres, protegê-los nas enfermidades, dando-lhes assistência médica, moral e religiosa e proteger materialmente os aspirantes ao magistério, dando-lhes, igualmente, assistência intelectual, moral e religiosa.

Para ser admitido como sócio, era preciso que o professor ou professora fosse apresentado por uma zeladora ou um membro da Diretoria, não podia pertencer a nenhuma associação secreta ou condenada pela Igreja, provar que era casado segundo os mandamentos da Igreja e que cumpriu as formalidades civis para a constituição da família. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO, Estatuto da Liga do Professorado Católico, 1929)

Em um panfleto da Organização chamada Legião de São Paulo, de 25 de janeiro de 1935, dirigido ao professorado católico, há, primeiramente, um recado às catequistas, dizendo que a grande preocupação delas deveria ser habituar as crianças a praticarem o que se aprende no Catecismo, isto é, a viverem cristãmente. Era preciso habituá-las a fazerem oração pela manhã e à noite, a ouvirem missa de preceito, a assistirem as aulas de Catecismo, a frequentarem os sacramentos e outros exercícios da vida cristã, como a assistência piedosa ao belo culto de Nossa Senhora, no mês de maio. Os membros da Legião deveriam ter o maior cuidado e zelo, esforçando-se sempre e em toda parte, por preservar as crianças do mal, aconselhando-lhes grande devoção e firme confiança no anjo da guarda. [...] Cumpria preparar antecipadamente a lição que se deveria dar, pensando sobre o que e como iriam falar. O fim era fazer das crianças ótimos cristãos, não só lhes ensinando o Catecismo, mas também lhes inculcando modos convenientes, sempre procurando levantar e enobrecer seus sentimentos. Uma boa catequista era aquela que estudava o meio e o modo de ensino que mais se adaptasse à inteligência da criança e se instruísse na religião para melhor ensiná-la e praticá-la.



3

Dirigindo-se aos professores paulistas, o documento proclama que enfim, naquela data, iniciar-se-ia o Ensino Religioso nas escolas paulistas. A Legião de São Paulo, que se descrevia como vanguardeira da organização catequista no Estado, afirmava sentir bem o peso das responsabilidades que lhe cabiam, porém tudo esperava e confiava na cooperação do professorado paulista. Todos sentiam que Deus apelava aos professores, que sempre saberiam servir e engrandecer a Pátria, bem como completar a sua missão; nem se compreenderia que Professores Católicos se desinteressariam pelo ensino da sua religião, e que eles, com o mais desvelado carinho, cultivariam a inteligência das crianças, permitindo que outros lhes roubem a dignidade e a glória de cultivar-lhes a alma. Não seria possível: civismo e religião se irmanavam no coração do Professorado Católico de São Paulo e “bendito será o mestre que, ao transpor os umbrais da eternidade, possa, tranquilo, dizer: servi à minha Pátria e ao meu Deus.”

O panfleto apelava para que os professores se integrassem cordialmente na Legião de São Paulo correspondendo a sua alta finalidade, e assim, eles se mostrariam grandes como a sua terra, nobres como sua gente, heróicos como seus antepassados, piedosos e bons como Anchieta, o seu primeiro mestre. E, como o Apóstolo que batizou a terra de São Paulo, saberiam ouvir e cumprir o grande mandato: “Ide e ensinai”. Concluindo: “O Professorado Católico de São Paulo ensinará às crianças a ciência verdadeira, e fá-lo-á bem, porque é católico e porque é paulista por mercê de Deus. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, Legião de São Paulo 1935)

Um folheto da Legião de São Paulo traçava um Plano da Organização do Ensino Religioso em São Paulo, formando uma Comissão Diretora. Esta seria composta por assistentes eclesiásticos da Legião de São Paulo e da Liga do Professorado Católico e de elementos das duas associações. Os trabalhos se desenvolveriam em duas seções: Formação de Catequistas, a cargo dos sacerdotes e Ensino Religioso escolar, a cargo de elementos leigos. A primeira deveria manter um Curso Superior de Formação e Orientação de professores leigos de catequistas, que se incumbiriam de preparar e orientar o professorado: zeladores e catequistas. A segunda seção abrangeria três departamentos: Ensino Secundário e Profissional, Ensino Público Primário e Ensino Particular. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Plano de Organização da Legião de São Paulo,s/d.)



4

Desde os anos 1920, houve uma aproximação entre Igreja Católica e o governo central brasileiro, sendo que os católicos buscavam mais espaço, seguindo a orientação ultramontana da Santa Sé. Alguns autores estudaram profundamente a questão, mostrando certo autoritarismo da Igreja, conservadorismo, e tirando espaço de religiosos mais progressistas. Outros estudaram a pressão católica no ensino público e privado, já que era um precioso campo de propagação de ideias. A orientação romana fez com que várias iniciativas e organizações surgissem, tais como a criação do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem*, da Liga Eleitoral Católica, entre outras. O trabalho de Carlos Roberto Jamil Cury é um dos que mais se aproxima da relação entre Igreja Católica e educação. No entanto, sua análise restringe-se às discussões e debates para a inserção das questões religiosas na Constituição de 1934. O clássico *Tempos de Capanema* apresenta as relações entre o ministro da educação e a Igreja, nas quais é possível perceber uma grande força das autoridades católicas na política, através de correspondências diretas ao ministro, como também foi grande a pressão pela manutenção do ensino privado, área de maior influência dos católicos, e o afastamento de personalidades que tinham o objetivo de expandir a educação pública, gratuita e laica e foram taxados de comunistas, como é o caso de Anísio Teixeira. (BEOZZO, 1997; CURY, 1984; SCHWARTZMAN et. al., 1984).

No último dia de 1929, a Santa Sé publicou a encíclica *Divini Illius Magistri*. Ela foi escrita para jovens, educadores, pais e mães sobre vários problemas da educação cristã. Em meio a muitas discussões sobre teorias e métodos pedagógicos que se pretendiam infalíveis, e sem a presença religiosa, o Papa Pio XI atentou para o perigo da pedagogia sem Deus.

O Movimento conhecido como Revolução de 1930, liderado por Getúlio Vargas, marcou, de certa forma, uma aliança da Igreja Católica com o governo central, que necessitava do seu apoio. Os católicos tinham maior penetração na política, principalmente na pessoa do Cardeal Dom Leme, que até fora cogitado para ser candidato a presidente, nas suas próprias palavras. Ocorrido em outubro de 1930, permitiu aos católicos algumas novidades que foram desencadeadas no ano seguinte. Foi o ano em que houve a cerimônia oficial de proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em 31 de maio de 1931; a inauguração do Cristo Redentor, no dia 12 de outubro daquele ano e, mais precisamente, para os propósitos deste artigo, o Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, autorizando o



5

Ensino Religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal de todo o país.

O texto apresentava o caráter facultativo do ensino da religião nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal. Os pais podiam requerer a dispensa dos alunos, era necessário um grupo mínimo de 20 alunos para que o curso pudesse acontecer, a organização e a escolha de material ficavam a cargo dos ministros do respectivo curso e qualquer dúvida que pudesse surgir a respeito da interpretação do decreto deveria ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas a fim de “dar às consciências das famílias as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso”.

Após a publicação do decreto, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou nos dias seguintes moções de apoio ou de repúdio ao decreto. As manifestações contrárias vinham das organizações espíritas, maçônicas, protestantes e de profissionais liberais. Os argumentos eram de que a escola devia respeitar a liberdade individual, o Ensino Religioso privilegiaria o credo católico, e que traria disputas entre os alunos de diferentes crenças. Um autor chamado Herman Correa, em 5 de maio de 1931, escreveu que as escolas públicas iriam se constituir em campos de luta, de batalha tremenda, num ambiente terrível de discussões prejudiciais à formação do espírito infantil. Os alunos se tornariam adversários. Todas as manifestações contrárias chamavam atenção para a intolerância religiosa. As manifestações favoráveis eram de Associações Católicas, mas também de grupos de estudantes ligados ao catolicismo.

O Decreto nº 5.152, de 7 de agosto de 1931, regulamentou o Ensino Religioso no Estado de São Paulo. O Decreto estabelecia que os pais deviam autorizar a frequência do filho nas aulas de religião e que nenhum professor poderia fazer propaganda de qualquer confissão.

Porém, no dia 24 de dezembro de 1931, foi publicado o Decreto 5.305, revogando o Ensino Religioso no Estado de São Paulo. Isso foi aplaudido pelos setores contrários ao Ensino Religioso e as autoridades eclesásticas logo se manifestaram. O Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo, reclamou diretamente a Getúlio Vargas, o que foi publicado pelo jornal. O Arcebispo paulista e D. Leme trocavam muitas correspondências e a política era um dos temas principais.



6

Alguns anos depois começou a luta pelo Ensino Religioso na Assembléia Nacional Constituinte, o que mobilizou a Liga Eleitoral Católica, presidida por Alceu Amoroso Lima. Em 30 de maio de 1934, foi aprovada a Ata do Ensino Religioso, que depois se tornou o artigo 153 da Constituição Federal de 1934, que foi promulgada em 16 de julho daquele ano: “o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.

Após o fim do Estado Novo, em 1945, a Liga Eleitoral Católica voltou com força nas novas eleições, pressionando diretamente o então candidato Eurico Gaspar Dutra pela manutenção das conquistas católicas. As pessoas que seguissem o catolicismo só poderiam votar em candidatos com o “carimbo” da LEC.

Garantida a legislação referente ao ensino de religião nas escolas, teve início a sua organização. Em 1935, foi instituída a Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso, pelo decreto da Sagrada Congregação do Concílio “*De catechistica institutione impensius curanda et proveenda*”. O órgão faria a implementação da matéria nas escolas. Em 9 de agosto de 1935, foi impresso o documento que estipulava as regras da instituição. Na primeira página, apareciam as palavras e a assinatura do Arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva. No artigo 2º, a Diretoria se intitulava “um órgão técnico e executivo que tem a seu cargo coordenar, orientar, administrar e fiscalizar todo o ensino religioso dentro dos limites da Arquidiocese”. No artigo seguinte, a Diretoria se propunha organizar todos os serviços administrativos e técnicos de coordenação, orientação, administração e inspeção necessários para garantir a rigorosa ortodoxia, o bom funcionamento e a máxima eficiência do ensino religioso em toda a Arquidiocese. A organização era integrada pelo Conselho Arquidiocesano do Ensino Religioso, Secretaria Arquidiocesana, Tesouraria e Departamento Administrativo, Departamento Técnico de Formação de Catequistas e Inspetoria Arquidiocesana. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Estatuto da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso, 1935).

O órgão mais combativo da Diretoria Arquidiocesana era a Inspetoria do Ensino Religioso. Era um serviço de vigilância contínua nas escolas públicas. Suas atribuições estabelecidas eram: velar, na abertura de cada ano letivo, pela regularidade do serviço de



7

matrículas para o ensino religioso nas escolas públicas; preparar um corpo técnico de inspetores do ensino religioso, de preferência entre o clero regular e secular; promover, periodicamente, inquéritos entre os professores e catequistas sobre as deficiências e méritos dos métodos empregados; organizar, anualmente, uma exposição de trabalhos e gráficos catequéticos.

O Ensino Religioso seria ministrado uma vez por semana, na segunda hora de aula, cabendo aos ministros do respectivo culto a organização dos programas e a escolha de livros. Os professores poderiam lecionar religião desde que fossem designados pela Igreja, no caso. Porém não era permitido a eles impugnar ensinamentos religiosos ou ofender os direitos dos alunos, ou ainda provocar debates entre os alunos de confissões diferentes. Era expressamente proibido aos professores do Estado fazer propaganda de qualquer credo religioso no sentido de influir que seus alunos aceitem o ensino da doutrina ou do culto que professam. Também não seria permitida a existência de símbolos de qualquer culto, bem como a distribuição de folhetos ou impressos de propaganda religiosa. Nas escolas era entregue um questionário pelas delegadas do Ensino Religioso e conferido e assinado pelo Inspetor do Ensino Religioso o Pe João Pheeny de Camargo e Silva. Há um conjunto desses interrogatórios que começam a partir de 1941.

Todos os anos, as autoridades visitavam as escolas públicas da capital e também de cidades vizinhas, como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Poá. Realizava-se um inquérito que, muitas vezes, o próprio diretor da escola respondia e assinava. As perguntas feitas variavam muito pouco. Nome do estabelecimento, localização, paróquia à qual pertencia a escola, nome do pároco, períodos de funcionamento da escola e número de classes.

O questionário prosseguia determinando os nomes: das professoras católicas e não católicas que lecionavam Religião; das professoras católicas que não lecionavam a disciplina; nomes das professoras protestantes, espíritas e ateias. As professoras que ensinassem religião deviam ter uma Ficha de Identidade na Diretoria Arquidiocesana.¹ Seguiam-se: o número de

¹ No Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, foi encontrada uma relação com 3.940 nomes de professores de Ensino Religioso registrados nas Diretorias Regionais de Ensino da Capital e outros municípios. Os nomes estavam em papéis timbrados da Diretoria Arquidiocesana do Ensino Religioso, carimbados e assinados pelo Pe. Pheeny. Os nomes correspondiam às fichas dos docentes, que não foram encontradas.



8

alunos matriculados; quantidade de alunos católicos, protestantes, espíritas, israelitas e sem religião definida. Os relatórios também interrogavam o número de alunos que fizeram a celebração da Páscoa e que se preparavam e que haviam realizado a Primeira Comunhão.

Nas partes finais, o interrogatório indagava se as escolas possuíam crucifixo entronizado e se havia material para a catequese. As perguntas mais instigantes eram sobre atritos no estabelecimento por causa do Ensino Religioso, se houve batizados ou conversões e quantos catecismos do Padre Quinet a escola possuía ou adquirira.

Em geral, as respostas eram de que não havia conflitos. Houve um relato em que um pai dizia não aceitar a religião e então proibia a frequência da filha.

Uma questão que chama a atenção é sobre as conversões. Foram poucas mencionadas nos documentos, mas isso pode levar a pesquisas maiores e revelar intenções dos católicos. Se era uma política do Vaticano, uma obrigação, se eram forçadas. Em 1942, houve a conversão do aluno israelita Pedro Piorkovski. Seu batizado realizou-se na Igreja de Nossa Senhora da Glória (Paróquia de São Joaquim) tendo sido assistido por todos os colegas de classe a que pertence o convertido. Foi o desejo de participar da Grande Comunhão Infantil do Congresso Eucarístico que, segundo o relatório, levou o menino de 12 anos de idade à conversão. O diretor do Grupo Escolar Oscar Thompson, do Cambuci, onde o menino estudava, escreveu que “o pequeno Pedro participou dessa Comunhão com viva emoção dizendo a todos que jamais veria coisa tão linda em sua vida. Entrou para a Cruzada Eucarística da Igreja onde se batizou.” O Congresso Eucarístico é um evento que acontece desde 1933. Em setembro de 1942, ocorreu na cidade de São Paulo. Teve envolvimento das escolas e alunos, que faziam trabalhos, cantavam hinos e faziam orações. Num dos dias do evento ocorreu a grande comunhão. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, 1942)

Maria Luiza Tucci Carneiro analisa o antissemitismo na Era Vargas. “Existiram entre nós, o paraíso dos trópicos, condimentos necessários que quase nos transformaram num purgatório nazista.” “E no caminho das ideias nacionalistas, o judeu emergia como personagem indesejável, ao lado do negro e do japonês. Com a instauração do regime autoritário estadonovista, o antissemitismo encontrou campo propício à sua eclosão.” O sentimento não foi gestado nas entranhas do Estado Novo, mas acompanhando a trajetória de vida dos intelectuais que atuaram em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século



9

XX, verificaremos, ao nível da história das ideias, que muitos que se integraram no projeto político-cultural do Estado Novo, ou então tiveram suas obras reeditadas e suas ideias assimiladas. (CARNEIRO, 1988, p. 22-27)

Apesar das estatísticas das conversões e alguns depoimentos sobre o assunto, em nenhum documento da Igreja ou artigos nos jornais aparece algum discurso antissemita. As conversões podiam ser parte da própria Igreja em querer reunir todos no cristianismo.

A diretora Laura Prestes Barra do Grupo Escolar São José, no bairro do Ipiranga, respondeu, ela mesma, ao questionário da Inspeção, em 1941. Segundo ela, todas as professoras da instituição eram católicas, pois isso era condição essencial para que fossem admitidas no quadro do corpo docente. O Ensino Religioso fora feito por todas as professoras, cada uma em sua classe. Porém, a partir de 1936, ele ficou a cargo de “professoras bem piedosas que se dedicavam exclusivamente a isso”. Para as classes do 1º ano eram dadas duas aulas semanais de 30 minutos e para os 2ºs, 3ºs e 4ºs anos, uma aula semanal de 50 minutos. Aos sábados, os alunos que já tivessem feito a primeira Comunhão eram acompanhados à Igreja do Juvenato do S.S. Sacramento, onde os Padres Salesianos os atendiam no confessionário. O grupo era dividido em duas partes para as confissões: num sábado iam 13 classes e no outro sábado, as outras 13, de modo que as crianças se confessavam a cada 15 dias. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, 1941)

Em resposta a um questionário posterior, a diretora afirmou ser trabalho difícil conseguir que os alunos assistissem missa, pois não estavam acostumados a isso. Os pais, em regra geral, não assistiam e achavam que os filhos não precisariam assistir. Alegavam que trabalhavam a semana toda e que aos domingos precisavam descansar mais, que saiam para passeio fora de S. Paulo e que moravam longe. No entanto, de acordo com Laura Prestes Barros, alguma coisa se conseguia (uma média de comparecimento de uns 700-800 alunos), sendo que havia mesmo “crianças que atravessam o ano sem perder nenhuma (Deus seja louvado)”. O Grupo Escolar tinha 1.121 alunos, de acordo com o relatório de 1950, 1.070 “que se dizem católicos” enfatizou a diretora, 40 protestantes, 8 espíritas e 2 israelitas. Era por causa do trabalho das delegadas todos os sábados e vésperas de dias santos que avisavam os alunos da obrigação de assistência à Missa no dia seguinte. Aos domingos, os alunos recebiam um cartãozinho com a data carimbada e deviam entregá-lo na 2ª feira para a



10

professora que registrava o comparecimento numa lista apropriada.” (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, 1950)

No Grupo Escolar Godofredo Furtado (atual Escola Estadual Godofredo Furtado), localizado em Cerqueira César, existiam, em 1944, 1978 alunos, dos quais 1850 eram católicos, 52 protestantes, 26 israelitas, 38 espíritas e 12 sem religião definida. O Inquérito aponta que havia um padre responsável pelo Ensino Religioso ali, o Revmo. Padre Rafael. Ele reunia, de acordo com o documento, diversas classes, ora para aulas propriamente ditas, ora para exibição de filmes bíblicos, com excelentes resultados. Uma inovação foi introduzida nas aulas, conforme os dizeres do relatório. Cada classe passou a ter uma igrejinha de cartolina onde todas as segundas-feiras eram colocadas em posição vertical, as bandeirinhas com o nome dos alunos que assistiram missa no domingo e em posição horizontal aquelas cujos donos não foram à missa. Houve diversos batizados e alguns alunos, de diferentes religiões resolveram, com o assentimento dos pais, assistir às aulas de religião católica. Concluindo, o relato daquele ano, o Grupo era representado sempre nas reuniões da Diretoria do Ensino Religioso, muitas professoras tinham curso regular de religião dos colégios em que estudaram. O estabelecimento havia adquirido muitos catecismos do Padre Quinet, por intermédio do Padre Rafael, que fornecia também instruções orais e livros de religião para cultura dos professores e prêmios para os melhores alunos. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, 1944)

O principal livro didático utilizado nas escolas para as aulas de ensino religioso chamava-se: *Exercícios Práticos de Catecismo* do Padre C. Quinet. Era um pequeno livro, quase obrigatório na educação religiosa, pois os delegados da Diretoria Arquidiocesana e os Inspectores interrogavam se as escolas possuíam o manual e quantos haviam adquirido. Na capa da obra, havia a informação de que o Padre C. Quinet era Inspetor Arquidiocesano do Ensino Religioso em Paris. O livro deveria ser para uso de todas as Dioceses e era redigido segundo os métodos pedagógicos de ensino. Possuía a aprovação de D. José Gaspar, D. Duarte Leopoldo e Silva e do Bispo de São Carlos, Dom Gastão Liberal Pinto.

A obra é dividida em três partes. Na segunda parte, há uma apresentação de cada um dos Dez Mandamentos, de forma bastante superficial, sem maiores discussões e com exercícios de memorização e de completar frases com as palavras que faltassem.

As noções de ordem e proibição orientam todas as explicações. Por exemplo, “o Primeiro Mandamento, o que ele ordena?”: “O primeiro Mandamento ordena crer em Deus: é a fé; esperar Nele: é a esperança; amá-Lo de todo coração: é a caridade; e não adorar senão a Ele.” Mais adiante aparece a questão: “o que proíbe o primeiro Mandamento?” Ao que segue a resposta: “O primeiro mandamento proíbe o sacrilégio, a profanação das coisas santas e a indiferença. Proíbe ainda a dúvida e a incredulidade, o desespero e a presunção.” (QUINET, 1940: 50)

Logo após, encontram-se os Mandamentos da Igreja. Segundo a publicação, “Nosso Senhor deu à Igreja o poder de ditar Mandamentos.” O livro apresenta a questão: “o que eles ordenam?” Seguem as ordens da Igreja: ouvir missa aos domingos, a confissão uma vez ao ano, a Comunhão na Páscoa, o jejum e o Dízimo. Após os exercícios, aparece sempre uma leitura, um texto intitulado: A Igreja é Mãe, que afirma: “os cinco mandamentos que acabais de recitar não são os únicos da Igreja. Há muitos outros que se referem aos padres, aos religiosos, aos pecadores; mas todos têm um só fim; fazer chegar ao céu... Certamente já vistes um pastor guardando suas ovelhas; impede-as de comer ervas daninhas, de se afastar do rebanho e de se perder. O Papa, pastor das almas, faz a mesma coisa e todas suas leis visam nosso bem. Crianças, amai muito a Igreja!” (QUINET, 1940: 55)

A terceira parte do livro trazia ensinamentos sobre os meios de salvação e sobre os Sete Sacramentos da Igreja, igualmente de forma que o aluno decorasse tudo, com exercícios de memorização e fosse sabedor das ordens e proibições, deveres e pecados. No capítulo referente à Confissão, o livro apresentava um pequeno método de confissão, orientando passo a passo o que a criança deveria fazer quando estivesse frente a frente com o Padre. No tocante aos pecados capitais, o aluno era orientado a dizer:

“Padre, acuso-me de ter sido orgulhoso... invejoso... guloso... de ter-me enfurecido... de ter sido mau... de ter sido preguiçoso... Acuso-me ainda de ter pecados de que não me lembro, dos da minha vida passada. Peço a Deus perdão; e a vós, Padre, penitência e absolvição, ou benção” (QUINET, 1940: 78)



12

Nas explicações sobre o Sacramento da Ordem, são apresentadas as funções e atribuições de um padre, através de imagens. Segundo a obra, o padre batiza, ensina às crianças a conhecer e a amar a Deus, diz a missa e dá aos fiéis o corpo de Nosso Senhor, prega a palavra de Deus, perdoa os pecados e consola os doentes e os ajuda a morrer santamente. Abaixo há a elocução sobre imagens com as seguintes perguntas: “diga o que faz o padre? Desempenha um belo ministério? Gostaria você de ser padre?”

Após alguns exercícios, é apresentada uma leitura ao aluno, com o título Serás Padre! O texto diz: “Ó meu filho, podes, também, ser padre, se sentes em tua alma, em teu pequenino coração, Deus que te reclama. És bem puro, amas a oração, as coisas da Igreja, as belas cerimônias do culto; se quiseres, serás padre.”

Nas explicações sobre o Matrimônio, o livro traz no tópico Doutrina, a seguinte explicação: “o matrimônio é o sacramento que santifica a união do homem e da mulher. O matrimônio é indissolúvel, é rompido só pela morte. O divórcio é condenado por Deus e pela Igreja”. Na parte dos exercícios de memória, o aluno devia responder por escrito ou oralmente:

O matrimônio é um sacramento que...

O divórcio é um ... (diga se o divórcio é um pecado muito grave). O matrimônio só é rompido pela...

O matrimônio religioso é o único que... (diga se é o único que tem valor aos olhos de Deus). (QUINET, 1940. p. 94)

No exercício “Frases a Completar” o aluno devia completar as frases com as seguintes palavras: **matrimônio, indissolúvel, pecado, divorciados, comunhão.**

O sacramento que santifica a união do homem e da mulher é o...

O matrimônio nunca pode ser rompido; também dizemos que o matrimônio é...

A ruptura do matrimônio, que é denominada divórcio, é um grave...

A Igreja recusa-se a enterrar os...

Os futuros esposos preparam-se ao sacramento do matrimônio pela confissão e pela...(QUINET, 1940. p.94)



As Atas de Conferências Episcopais apresentam um contrato feito com a Editora dos *Exercícios Práticos de Catecismo* de Quinet, cujo produto pecuniário seria assim distribuído: à Editora 40%, à tradutora 20%, ao Órgão Central Metropolitano 10%, a cada um dos Órgãos Diocesanos 30%. O preço de venda de cada um dos três volumezinhos da obra ficou fixado em 1\$000 (mil réis) e a expedição seria feita frete a pagar a cargo dos Órgãos Diocesanos. Confirmou-se a deliberação anterior de ficarem os referidos *Exercícios Práticos de Catecismo* como programa e texto de Ensino Religioso em todas as escolas primárias da Província eclesiástica. (ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, 1940)

Uma organização bastante articulada, não só na capital como em todo o Estado de São Paulo, através das Diretorias Diocesanas no interior, inspeções frequentes, material didático, formação de professores, escolas públicas como quadros inteiros de professoras católicas, conversões. Todo esse panorama permite fazer reflexões sobre a relação entre política e religião e os limites de uma escola laica e a participação religiosa.

Observei que o Ensino Religioso em São Paulo não possuía estudos e verifiquei que, de acordo com os documentos analisados, ele está inserido no quadro de tentativas da Igreja em penetrar mais nas sociedades através da educação, aumentando seu raio de influência, contra o liberalismo, contra as religiões concorrentes, no caminho traçado pela Ação Católica, e determinado pelo Vaticano. O Ensino Religioso no período, ocorreu de forma autoritária, o que não impediu o avanço do protestantismo e espiritismo. São necessárias novas pesquisas, pois há vários pontos há serem explorados.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Inspeção Arquidiocesana nas escolas (Relatórios). Grupo Escolar São José – Ipiranga. Livro: 59-01-043. Relatório de 1941.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Inspeção Arquidiocesana nas escolas (Relatórios). Grupo Escolar Godofredo Furtado – Cerqueira César. Livro: 59-01-061. Relatório de 1944.



14

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Legião de São Paulo. Pasta CBA 06-02-18: Agremiação de Professores, 25/01/1935.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Plano de Organização da Legião de São Paulo. Pasta CBA 06-02-33: Educação Religiosa Católica, s/d.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA. Ata das Conferências Episcopais da Província Eclesiástica de São Paulo. 28 a 30 de Novembro de 1940. Livro: 08-03-049.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Economia e cultura – 1930 – 1964*. Tomo II, v. 4º. São Paulo: Difel, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração 1930-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1984.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

QUINET, Padre C. *Exercícios Práticos de Catecismo: para uso de todas as Dioceses*. Tradução de Maria Pacheco e Chaves. São Paulo: Oficinas Gráficas da “Ave Maria”, 1940.

SCHWARTZMAN, Simon; BONEMY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.